

# RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 2 - NÚMERO 3 - JULHO A DEZEMBRO DE 2005

[início](#)

## SUBVERSÕES GENÉRICAS E DISCURSIVAS: QUESTÕES DE SUBJETIVIDADE

**Luciano Novaes Vidon**  
**UNINCOR**

**ABSTRACT** – This work discuss the acquisition of written language in terms of genres of discours (BAKHTIN, 1992). Into this perspective, every text has a enunciator and a destinatory, involveds in interlocutives relations social, historical and discoursives. In a case longitudinal study, we analyze the production of texts in a determinate genre and we discuss the role play of subjetivity in the construction of senses.

Este texto tem origem em um trabalho de pesquisa em que tomamos produções textuais de um indivíduo [LM] 1 e as transformamos em *corpus* investigativo a partir do qual buscamos, longitudinalmente, marcas de um estilo individual, emergente ou em desenvolvimento. Partimos do ponto de vista teórico que concebe o estilo como marca de trabalho do sujeito na linguagem refletindo um processo de escolhas.

Em Franchi (1992), a linguagem é tida como um lugar em potencial de criação e de constituição (de linguagens, de sujeitos, de discursos *etc.*) – apenas cortes metodológicos e restrições mostrariam um quadro estável e constituído; fora isto, para Franchi, o que marca a linguagem é a atividade que ela cria e constitui, um trabalho que “dá forma” ao conteúdo variável de nossas experiências.

Considerando a língua como resultado do trabalho e o discurso como atividade, Possenti (1988) buscou em Granger (1968) a noção de escolha como marca do trabalho de um sujeito na estruturação da linguagem num dado campo da atividade humana marcado por certos tipos de relações sociais e históricas. Granger (1968) estudou a estruturação da linguagem na atividade científica. Para ele, o indivíduo, no processo de estruturação, ainda que num campo relativamente mais fechado como o da atividade científica, faz escolhas, agindo na linguagem. Este trabalho revelaria, segundo Granger (1968, p. 23), um “jogo sutil da forma e do conteúdo”.

Duas condições, para Possenti, devem ser preenchidas para a existência do estilo: múltiplos recursos expressivos e um sujeito que faça escolhas (este sujeito que escolhe não é concebido como alguém submetido irreversivelmente quer às constrações da gramática quer às constrações sociais). Para Possenti (1988, p. 198), o falante tem um papel fundamental, não só o contexto, ou a classe a que pertence. Se não é verdade que ele não está livre das regras lingüísticas nem das sociais, também é verdade que as regras lingüísticas lhe

permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas sim ativa.

De acordo com Possenti (1988, p. 187), “o ponto de partida necessário para poder-se pensar a questão do estilo é a admissão da variabilidade dos recursos como constitutiva da língua.”

Em Possenti (1988, p. 158), se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis; terá que ‘trabalhar’ a língua para obter o efeito que intenta. É nisto que reside o estilo. No como o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter.

Neste sentido, o estilo é social e histórico dado que se consubstancia na relação de um “eu” com um “outro”. Desta forma, descarta-se uma perspectiva psicologizante (CÂMARA JR. 1962, MONTEIRO 1996, SPITZER 1948) em que o trabalho estilístico é entendido como puramente endógeno, egocêntrico. De acordo com Possenti (1988), o trabalho de um sujeito na linguagem constituiria um estilo, porque neste trabalho necessariamente haveria um processo de escolhas (GRANGER, 1968) e comumente as escolhas têm um caráter subjetivo. Conforme Possenti (1988), é na ação individual, sócio-histórica, dialógica que um indivíduo se torna sujeito.

Estilo como trabalho, como atividade, processo de escolhas, implica considerar a atividade lingüística de um sujeito em sua totalidade, tentando identificar na mesma a constituição de um *ethos* discursivo, uma representação de si para si e para o outro a partir do outro. Segundo este ponto de vista, há bastante sutileza nos dados a serem considerados, ou seja, no trabalho a ser investigado: o trabalho de um sujeito constituído pelo outro na linguagem com a linguagem constitutiva desse outro constituindo também o sujeito.

A noção de trabalho de Franchi, assumida por Possenti para definir teoricamente sua noção de estilo, é utilizada por Geraldi (1995) para defender uma concepção de sujeito fundada em Bakhtin (1992). Para Geraldi, a linguagem constituiria o próprio espaço para o trabalho do sujeito, dadas certas condições sociais e históricas específicas. No espaço da linguagem, um lugar de interlocução por excelência, sujeitos e linguagens se constituem através do trabalho que exercem uns em relação aos outros. O trabalho é assim ponto de partida, princípio de base já que somente através dele há sujeitos, há linguagens e há histórias. Por sua vez, o sujeito é um articulador de textos, discursos e linguagens, o que o coloca numa posição fortemente ativa e atuante, nada comparável à concepção proposta por certa corrente da análise do discurso.

Em Bakhtin (1992), toda enunciação, todo trabalho na linguagem para se produzir um conjunto de enunciados é motivado por um “projeto de dizer”, que tem por princípio um determinado “querer dizer” do locutor.

Este princípio, o querer-dizer do locutor, pode ser a base para a emergência de um processo de “preferencialidade”, início mesmo de um processo de construção da subjetividade. O estilo individual, entendido como fruto do trabalho de escolhas do sujeito na linguagem, teria sua gênese no “querer dizer” do locutor, elemento motivador de um “projeto de dizer” que, em termos concretos, resultaria em um texto. Por sua vez, o trabalho estilístico individual do sujeito, dentro da perspectiva bakhtiniana, depende *a priori* do trabalho com os gêneros do discurso – formas relativamente estáveis de enunciados concretamente produzidos em determinadas esferas da comunicação verbal (BAKHTIN, 1992). Na verdade, o gênero discursivo seria o ponto de partida para o desenvolvimento de estilos individuais, havendo mesmo gêneros menos produtivos neste sentido (FIAD, 1997).

Neste texto, buscamos pistas de articulações textuais que possam nos conduzir ao sujeito, a seu projeto de texto, a seu querer-dizer.

Com base em um quadro teórico, em que a interação social é fundamental na relação sujeito-linguagem, entendemos toda ação do sujeito dirigida a um outro-interlocutor, dentro de um processo dialógico.

Entendemos desta forma que os sujeitos não têm condições de aspirar à equilíbrio [conforme o modelo psicogenético piagetiano, por exemplo]. O contexto psico-social em que eles se encontram muda o tempo todo. Com isto, as formas de acordo intersubjetivo se alteram também a todo momento. Há sempre um por-vir. Há sempre um horizonte de expectativas. Há desejos, intenções, paixões. Não há como apagar as histórias, os ditos e não ditos, os julgamentos de valor, os sujeitos envolvidos. Não há como “esquecer” que por trás do discurso (que pode mesmo estar pleiteando o lugar de demonstrativo) há um sujeito historicamente situado e que, por trás deste sujeito, há outro e outros – formando uma corrente que é a própria história da sociedade.

Analisando dados de LM, em especial narrativas, Mayrink-Sabinson (1997) descreve um processo de “subversão da ordem natural das coisas” como sendo um trabalho comum encontrado em suas primeiras produções textuais escritas, em situações nas quais o professor dava liberdade para a escolha do tema e de sua abordagem. Este tipo de situação teria sido muito comum na 2 a série do ensino fundamental, período em que a professora realizava um trabalho mais dinâmico no sentido de expor mais os alunos a uma variedade maior de textos. Assim os alunos tanto liam uma variedade maior de textos como escreviam. No caso da produção escrita, a escolha do tema geralmente era livre, o que indicia uma preocupação do professor com o que o aluno tinha a dizer enquanto vontade sua (do aluno) e não do professor. Além disso, conforme Mayrink-Sabinson, as cobranças relativas à ortografia, pontuação, grafia de maiúsculas e minúsculas *etc.* se faziam em escala bem menor do que acontecera na 1 a série, por exemplo, e do que iria acontecer a partir da 3 a série.

Nos enunciados de LM apresentados a seguir (respostas de prova de história – 6 a série), ao lado de uma linguagem escolar, representando uma certa cultura erudita – “A inconfidência fora interrompida...”; “...logo foram incriminando...”; “Quando João Pessoa (o vice de Getúlio) fora assassinado...”; “...o presidente havia sido deposto...”; “...e renunciou à sua pessoa...”; *etc.* -, convive uma linguagem popular introduzida através de expressões verbais como “farinha do mesmo saco”, “grão de cada dia”, “ter um parafuso a menos”, entre outras.

...A inconfidência mineira fora interrompida por Portugal porque Portugal não queria que o Brasil deixasse de ser sua colônia, mas os inconfidentes queriam a independência. Quando eles foram descobertos logo foram incriminando tiradentes por ser mulato pobre e um dos líderes. Quem condenou tiradentes foi a mãe de D. João IV, dona Maria que já tinha um parafuso a menos.

Em uma das eleições, a primeira que Getúlio Vargas participou ele não ganhou por que tiveram muitas fraudes e o povo comia-se de irritar. Quando João Pessoa (o vice de Getúlio) foi assassinado o povo terminou de se irritar e partiu pra briga. Eles não invadiram uma cidadezinha do interior, mas quando eles chegaram na tal cidade veio a notícia que o presidente (atual da época) havia sido deposto e o Getúlio Vargas assumiu o poder. Essa guerrinha que não houve foi chamada de ‘A guerra que não houve’.

O governo de D. Pedro I era daqueles bem moderados mesmo, e o povo não gostava disso e comessou a fazer uma bagunsa total que D. Pedro não conseguia segurar o povo, até seu pai morrer. Com a morte de seu pai usou como desculpa o trono vazio em Portugal e renunciou a sua pessoa, deixando seu filho...

Os moderados eram os conservadores e os exaltados os liberais, mas no governo eram farinha do mesmo saco por que faziam as mesmas coisas porque vinha do mesmo lugar.

Ao recorrer a expressões do tipo “farinha do mesmo saco”, “ter um parafuso a menos”, “partir pra briga”, LM agencia formas lingüísticas insólitas, do ponto de vista do gênero discursivo em questão, em relação ao tipo de texto que está sendo elaborado, uma espécie de texto dissertativo “curto” capaz de responder a uma questão elaborada como ponto de prova. O texto torna-se estranho, e pode mesmo não ser entendido como pertencendo ao gênero discursivo em foco.

As expressões populares consideradas sugerem uma nova ordem à existente na cadeia de textos produzidos nesta situação enunciativa. Tem-se um tipo textual, pertencente a um gênero discursivo escolar, a partir do qual, num processo parafrástico, o aluno elabora seu enunciado no momento da prova. O estilo deste tipo textual é conciso, objetivo, sério, didático. Ao recorrer a tais expressões populares e procurando assumir um tom troçador no discurso, o enunciado de LM rompe com o que até então era convencional. O recurso utilizado por LM é sarcasticamente destruidor. Ele provoca um deslocamento. Ao mesmo tempo, há um processo de regeneração, realinhamento. A paródia realizada, ao tomar o espaço da paráfrase, coloca o objeto assuntado em outro lugar – o de ridículo. Neste caso, o processo argumentativo é de rebaixamento realizado através do discurso. O caráter regenerador está no papel reflexivo sugerido pelo rebaixamento do tema. Argumentativamente, ele exige um olhar de perspectiva, ao contrário da visão de retrospectiva pressuposta pelo discurso histórico oficial.

O caso do episódio da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República fornece dados valiosos a esta reflexão. O tom oficial do discurso histórico sobre o fato não é sarcástico, como o do enunciado de LM. O tom oficial procura ser neutro, assumindo um estilo formal, objetivo. A articulação textual realizada por LM pode ser mostrada a partir dos recursos utilizados. O paralelismo sintático realizado em “o povo começava a se irritar/o povo terminou de se irritar” dá o tom geral do discurso. O tom sério do discurso histórico oficial dá lugar ao tom de deboche presente no projeto de texto e no “querer-dizer” de LM. Esta intenção é a mesma que está presente na seqüência do enunciado, ao se fazer referência à invasão de uma “cidadezinha do interior” e finalmente às qualificações do levante como “guerrinha e guerra que não houve”.

Dialogando, assim, com “um mundo perfeito e acabado” [fatos históricos, personagens ilustres, heróis etc.] dos livros didáticos de história, LM introduz uma linguagem capaz de quebrar o ritmo cadenciado, o tom sério deste discurso escolar. Nesta linguagem, a articulação textual pretende criar um efeito de sentido que torne o texto criticamente risível, irônico, sarcástico, abalando as estruturas de um sistema imóvel.

O senso de humor buscado por LM na textualização, conforme apontado por Mayrink-Sabinson na análise de textos considerados – por várias pessoas – como engraçados, se vê presente na construção deste enunciado produzido em uma situação de avaliação de História. Mais uma vez, como já mostrado por

Mayrink-Sabinson com outros dados, um humor irônico procura fazer de fatos históricos do Brasil motivo de riso. A hipótese levantada consiste em tratar tais fatos como elementos de um todo pronto-e-acabado – a história oficial do Brasil. Esta “ordem”, com a qual LM dialoga, é que se encontra alterada. Os fatos históricos não são mostrados no texto com a seriedade que são encontrados, por exemplo, nos livros didáticos de história.

Expressões do tipo de “farinha do mesmo saco”, “partiu pra briga”, “fez uma bagunça total” são subversivas no contexto em que se encontram. São estas marcas os indícios que se tem da presença dialógica do sujeito. O sujeito, dialogicamente, transforma um discurso da ordem do estático, do contemplativo, sem movimento, em um discurso da ordem do circunstancial, do avaliativo.

O desmonte do texto de base se realiza através de uma paráfrase incompleta, inacabada. O toque de individualidade dado pelo sujeito desloca o texto parafraseado, tornando-o significativamente ambíguo. Os instantes enunciativos considerados refletem, ainda, uma distância tomada pelo enunciador em relação ao enunciado parafraseado. A paráfrase recebe assim um conteúdo avaliativo, um “olhar crítico” indiciado pelas marcas linguísticas e enunciativas comentadas.

Trata-se, de acordo com a arquitetura bakhtiniana, de um processo no qual o excedente de visão do sujeito atua sobre o outro implícito no texto parafraseado.

Por fim, o cotidiano de LM se faz também presente, o que valida ainda mais as hipóteses formuladas anteriormente, ainda que para outros dados, por Mayrink-Sabinson. LM traz do seu dia-a-dia as expressões que textualiza.

Uma outra hipótese a ser considerada postula que os dois modos enunciativos encontrados nestas respostas de prova de LM devem ser recebidos de maneiras diferentes pelo destinatário destes textos. A parte enunciativa que é praticamente cópia de um outro texto não convoca o interlocutor a agir. A parte subversiva, no entanto, tem caráter argumentativo. O ouvinte é instado a agir, a tomar uma posição, a compartilhar uma opinião, a aprovar ou não a tese colocada. E este papel, de argumentação, é desempenhado muito bem pelo humor, pela ironia, pelo sarcasmo.

As situações enunciativas consideradas – abordagens de fatos históricos do Brasil – talvez constituam uma espécie de Lugar Discursivo percebido pelo sujeito [no papel de enunciador] como propício para o exercício de sua individualidade. O sujeito possui um querer-dizer. Mas esta vontade discursiva íntima depende necessariamente de um lugar mais apropriado para se manifestar. Por algum motivo – talvez a forma de interagir do próprio professor da disciplina – LM se sentiu à vontade para se expressar de forma mais livre, agindo subjetivamente. Querendo ser engraçada – não apenas com o fim de se divertir ou divertir alguém – LM buscou transformar seu querer-dizer em um projeto de texto, estruturando-o com base em uma apreciação valorativa, jocosa, sarcástica, irônica dos temas. Assim o foi quando o assunto era salário-mínimo (VIDON, 1999). Assim parece ser a respeito de temas “nobres” da história do Brasil. Em ambos, o elemento de categoria hierarquicamente superior – como ponto de discussão político-social ou como fato marcante da história – é inferiorizado. Tenta-se torná-lo, no mínimo, ridículo. Talvez possa se afirmar que uma graça é buscada; mas, certamente, ela não é de graça.

## NOTA

1 – LM é filha de professores universitários e frequentou escolas particulares

dos dois anos e meio de idade até sua entrada em uma universidade pública do estado de São Paulo. Sua produção escrita foi coletada “naturalisticamente” pela mãe/pesquisadora ao longo desse período e faz parte do banco de dados do Projeto de Aquisição da Linguagem Escrita do IEL/UNICAMP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [ed. Francesa: 1974]

CÂMARA JR., J. M. *Ensaio Machadianos*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

FIAD, R. S. O estilo escolar. In: Abaurre et alii. *Cenas de Aquisição de Escrita: o sujeito e trabalho com o texto*. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil (ALB): Mercado de Letras, 1997. (Coleção Leituras no Brasil)

FRANCHI, C. Linguagem – Atividade constitutiva. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, (25). Campinas: IEL/UNICAMP, 1992.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GRANGER, G. G. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

MAYRINK-SABINSON, M. L. T. O papel do interlocutor. In: Abaurre et alii. *Cenas de Aquisição de Escrita: o sujeito e trabalho com o texto*. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil (ALB): Mercado de Letras, 1997. (Coleção Leituras no Brasil)

MONTEIRO, J. L. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1996.

POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SPITZER, L. *Lingüística y história literária*. Madrid: Gredos, 1974 [1948].

VIDON, L. N. *Individualidade e escolarização: estilos em conflito* (análise de dados singulares) 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua Materna) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Campinas, 1999.